

ANOTAÇÕES SOBRE A NOÇÃO DE ESPAÇO E TEMPO EM KANT

Edmilson Menezes¹

"Modo maxima rerum
Tot generis natis que potens...
Nunc trahor exul, Inops"
Ovídio, *Metamorfoses*

Ainda há pouco a maior de todas, poderosa por tantos genros e filhos... eis-me agora exilada, despojada. A nobre dama, repudiada por todos em Ovídio, é identificada por Kant, na *Kritik der Reinen Vernunft*, à Metafísica: antes chamada a rainha das ciências e, no momento, aos olhos do filósofo, alvo da desconfiança geral; quer por seu poder despótico (quando estava sob a hegemonia dos **dogmáticos**), quer pela sua queda na completa anarquia (quando sob a hegemonia dos **céticos**). O mestre de Königsberg vislumbra, pois, a necessidade de recolocar a Metafísica em seu verdadeiro lugar, e para este intento era preciso reavaliar a faculdade da razão, isto é, submetê-la a uma exaustiva crítica: "Por tal crítica, não entendendo uma crítica de livros e de sistemas, mas da faculdade da razão em geral, com respeito a todos os conhecimentos a que pode aspirar, independentemente de toda a experiência; portanto, a solução do problema da possibilidade ou impossibilidade de uma metafísica em geral e a determinação tanto de suas fontes como da sua extensão e limites, tudo isto, contudo, a partir de princípios" (1). Com isso, a filosofia kantiana pretende uma abordagem inovadora acerca da teoria do conhecimento.

Quais as condições que tornam o conhecimento eventualmente legítimo? Os juízes(2) verdadeiros, ou seja, universais e necessários, são **a priori** (independentes da experiência). A primeira vista, a evidência nos diz que estamos tratando de **juízos analíticos** ("aquele cujo predicado está contido no sujeito"). No entanto, apesar de sua necessidade e universalidade, os juízos analíticos são tautológicos e nada

acrescentam ao conhecimento. Em contrapartida, os juízos sintéticos ("cujo atributo enriquece o sujeito") são **a posteriori**, não trazendo, pois, em si, as condições do universal e do necessário. O primeiro tipo de juízo (o analítico) foi exaltado e admitido pelos racionalistas, enquanto o segundo recebeu a aprovação dos empiristas. Kant, de modo inovador, fará uso dos juízos sintéticos **a priori** (os juízos matemáticos, por exemplo) e propõe a conciliação do inatismo clássico com o empirismo. Para ele, todo verdadeiro conhecimento inicia-se com a experiência, mas existem condições do conhecimento que não provêm da experiência. "Não resta dúvida de que todo o nosso conhecimento começa pela experiência; que outra coisa, pois, poderia despertar e pôr em ação a nossa capacidade de conhecer senão os objetos que afetam os sentidos e que, por outro lado, originam por si mesmos as representações e, por outro lado, põem em movimento a nossa faculdade intelectual e levam-se a compará-las, ligá-las ou separá-las, transformando assim a matéria bruta das impressões sensíveis num conhecimento que se denomina experiência? Assim, na ordem do tempo, nenhum conhecimento em nós precede a experiência, e todo ele começa com ela"(3). É necessário, no entanto, precisar que para Kant não há realmente idéias inatas, como para Platão ou Descartes. Este, afirmava a razão como possuidora de intuições (do infinito, das naturezas simples ou das relações elementares da matemática) inteiramente independentes do mun-

1. Mestre pela UNICAMP e Professor de Filosofia da UFS.

do concreto conhecido pelos sentidos. Segundo Kant, a razão não possui uma intuição que lhe seja própria; ela pensa, como Hume, que todas as nossas intuições e constituído por quadros anteriores à experiência ou, se o quisermos, por quadros **a priori**, que são as condições de toda a experiência possível.

Uma interpretação apressada coloca Kant como um simples opositor do empirismo e lhe atribui a quase pecha de "Pai do Idealismo". Impossível concordar com a primeira objeção se observarmos as seguintes passagens, onde o filósofo de Königsberg faz referências elogiosas à perspicácia filosófica de Hume (um dos expoentes da filosofia empirista): "E deste modo se revela o empirismo universal como o autêntico **ceticismo** que, num sentido também absoluto, se atribuía falsamente a Hume, pois ele deixou pelo menos na matemática uma pedra-de-toque segura da experiência, ao passo que este empirismo universal não admite absolutamente qualquer pedra-de-toque."(5) "Confesso sinceramente: foi a advertência de **David Hume** que, há muitos anos, interrompeu o meu sono dogmático e deu às minhas investigações no campo da filosofia especulativa uma orientação inteiramente diversa."(6). "**David Hume**, que dentre todos os filósofos mais se aproximou desse problema (a possibilidade da Metafísica), embora estivesse longe de o determinar com suficiente rigor e de o conceber na sua universalidade..."(7) Como se observa, não obstante identificar as limitações humanas, Kant reconhece a seriedade das observações do filósofo inglês e confessa a nova guinada que recebeu o seu pensamento após a leitura de Hume. Quando à indicação diligente de "Pai do Idealismo Alemão", esta talvez esteja muito mais associada a um título atribuído pelo próprio Kant a sua concepção de espaço e tempo do que ao estudo radical deste conceito na obra kantiana. Entendemos com Popper(8) que o filósofo se arrependeu logo da escolha do título, pois este levava as pessoas a crer que ele fosse um idealista no sentido de quem nega a realidade das coisas físicas, enten-

dendo-as como simples ideias. Kant se apressou em explicar que tinha negado apenas que o espaço e o tempo fossem reais e empíricos - no mesmo sentido em que dizemos que há coisas e eventos reais e empíricos. A fórmula aceita pelo idealismo dos eleatas até Berkeley é a seguinte: "Todo o conhecimento a partir dos sentidos e da experiência nada mais é do que ilusão, e a verdade unicamente existe nas ideias do entendimento puro e na razão há verdade." Ao contrário, o princípio "idealista" de Kant é: "Todo o conhecimento das coisas a partir unicamente do entendimento puro ou da razão pura não é mais do que ilusão, só na experiência há verdade." Observamos, então, algumas passagens onde Kant denuncia a interpretação erroneamente desferida ao seu sistema: "Nomes que designam os participantes de uma seita, suscitaram em todos os tempos muitas injustiças; como se alguém dissesse: N. é um idealista, embora ele não só admita, mas exija absolutamente que às nossas representações das coisas externas correspondam objetos efetivos (**Wirkliche Gegenstände**) de coisas exteriores, quer, no entanto, que a forma da intuição dessas coisas não dependa delas, mas do espírito humano"(9). Kant, em outra passagem, ainda pondera: "O idealismo propriamente dito teve sempre uma intuição mística e não pode ter outra; o meu idealismo, porém, visa simplesmente compreender a possibilidade do nosso conhecimento **a priori** dos objetos (**Gegenstände**) da experiência, problema que até agora não foi resolvido, nem sequer levantado. Assim cai todo o idealismo místico que sempre (como já se pode ver em Platão) concluía dos nossos conhecimentos **a priori** (mesmo os da geometria) para uma outra intuição diversa da intuição sensível (a saber, a intuição intelectual), porque não ocorria a ideia de que os sentidos também deviam ter a intuição **a priori**."(10) O lugar, portanto, de Kant é o fértil **Bathos** da experiência infelizmente mal interpretado não só por alguns de seus críticos contemporâneos, mas também por interpretações bisonhas e pouco fundamentadas, tipo as canhestras exegeses marxistas da

filosofia clássica alemã.

Tracemos, então, um resumo da perspectiva kantiana esboçada no **Kritik der Reinen Vernunft** no que tange às condições do conhecimento. A experiência sozinha pode nos fornecer o conteúdo do conhecimento, mas cabe aos quadros **a priori** do espírito ordená-la, dar-lhe uma forma. Mas quais são estes quadros **a priori** do conhecimento? Kant diferencia "as categorias do entendimento" e "as formas **a priori** da sensibilidade". Estas são estudadas por Kant na primeira parte da obra supra referida, a **Estética Transcendental**. Estes quadros **a priori** da percepção são o espaço e o tempo. São quadros inatos, anteriores a toda experiência, e condição de toda experiência. O espaço e o tempo fazem parte da própria estrutura do nosso espírito; posso suprimir pela imaginação tudo o que vejo: cadeiras, mesas etc. Mas existe algo que não possa suprimir: o próprio espaço. Ele é, por isso, anterior a qualquer tipo de conhecimento. O espaço não é um conceito empírico abstraído de experiência externas. Pois, para que determinadas sensações sejam relacionadas com algo exterior a mim (isto é, a algo num lugar do espaço diverso daquele em que me encontro), e igualmente para que as possa representar como exteriores e uma ao lado da outra e por conseguinte não só distinta, mas em distintos lugares, requer-se já o fundamento da noção de espaço. Logo, a representação do espaço não pode ser extraída pela experiência das relações dos fenômenos externos: pelo contrário, esta experiência externa só é possível, antes de qualquer coisa, mediante essa representação. Disto, concluímos: o espaço é uma representação necessária, **a priori**, que fundamenta todas as intuições externas. Não se pode nunca ter uma representação de que não haja espaço, embora se possa perfeitamente pensar que não haja objeto algum no espaço. Consideramos, por isto, o espaço a condição da possibilidade dos fenômenos, não uma determinação que dependa deles; é uma representação **a priori** que fundamenta necessariamente todos os fenômenos externos. Kant salienta ain-

da o espaço como não conceitual, seja, o espaço não é um conceito discursivo. Como efeito, considerado do ponto de vista de sua compreensão, um conceito é formado de elementos mais simples do que ele; ora, só se pode representar um espaço uno, e quando se fala de muitos espaços entende-se com isso apenas partes de um e mesmo espaço único. Essas partes não podem preceder o espaço uno, que tudo compreende, como se fosse suas partes componentes, mas só ser pensadas nele. O espaço só pode ser, em consequência, uma intuição, visto trazer em si um conjunto infinito de representações, o que seria impossível se fosse um conceito, que é apenas a representação do caráter comum de uma multidão infinita de representações possíveis (**representatio per notas communes**). Conclui Kant: "A geometria é uma ciência que determina sinteticamente, e contudo **a priori**, as propriedades do espaço. Que deverá ser, portanto, a representação do espaço para que esse seu conhecimento seja possível? O espaço tem de ser originalmente uma intuição, porque de um simples conceito não se podem extrair proposições que ultrapassem o conceito, o que acontece, porém, na geometria (Introdução, V). Mas essa intuição deve se encontrar em nós **a priori**, isto é, anteriormente a toda a nossa percepção de qualquer objeto (**Gegenstand**), sendo, portanto, intuição pura, e não, empírica. Como efeito, as proposições geométricas são todas apodíticas, isto é, implicam a consciência da sua necessidade, como por exemplo: o espaço tem somente três dimensões; não podem ser, portanto, juízos empíricos ou de experiência, nem derivados desses juízes." (11). Destas características do espaço enquanto "formas **a priori** da sensibilidade, resultam duas consequências: a realidade empírica do espaço e a sua idealidade transcendental - o espaço não é a condição da possibilidade das coisas em si, mas somente a condição de sua manifestação ao nosso espírito: "O nosso exame nos ensina pois a realidade (isto é, a validade objetiva) do espaço no tocante a tudo aquilo que se nos pode apresentar exteriormente como objeto

(**Gegenstand**); mas, ao mesmo tempo, também a **idealidade** do espaço no tocante às coisas, quando consideradas em si mesmas pela razão, quer dizer, sem levar em conta a constituição de nossa sensibilidade. Afirmamos, portanto, a **realidade empírica** do espaço (em relação a toda experiência exterior possível); mas, ao mesmo tempo, afirmamos também a sua **idealidade transcendental**, ou seja, que ele nada é, desde que deixemos de lado a condição da possibilidade de toda experiência e o admitamos como algo que serve de fundamento às coisas em si mesmas."(12).

O tempo, igualmente, faz parte da estrutura do meu espírito, é também uma "forma **a priori** da sensibilidade: posso supor que determinado acontecimento não se produziu, mas não posso supor que o próprio tempo tenha deixado de se escoar. No esquema kantiano, o estudo sobre o tempo é similar ao efetuado para o espaço. Assim como este, o tempo não é um conceito empírico extraído de alguma experiência. Com efeito, a simultaneidade ou a sucessão nem sequer se apresentariam aos sentidos se a representação do tempo não estivesse subjacente **a priori**. Por isso, esta não pode originar-se da experiência, visto que a experiência (interna) a supõe. Disto resulta outra característica do tempo: ele é uma representação necessária subjacente a todas as intuições. Com respeito aos fenômenos em geral, não se pode suprimir o próprio tempo, não obstante se possa do tempo muito bem eliminar os fenômenos. O tempo é, portanto, dado **a priori**. Só nele é possível toda a realidade dos fenômenos. Sobre essa necessidade **a priori** também se funda a possibilidade de princípios apodícticos das relações do tempo, ou de axiomas do tempo em geral. Ele possui uma única dimensão: diversos tempo não são simultâneos, mas sucessivos (assim como diversos espaço não são sucessivos, mas simultâneos). Um tal princípio não pode, pois, ser extraído da experiência. Ao contrário, é ele que fundamenta a experiência. O tempo não é, continua Kant, um conceito discursivo, ou, como se diz, um conceito geral, mas uma for-

ma pura da intuição sensível. Tempos diferentes são apenas partes preceitivamente do mesmo tempo, cuja representação, sendo uma, terá de ser intuitiva. Finalmente, temos que a infinitude do tempo nada mais significa senão que toda magnitude determinada do tempo só é possível mediante limitações de um tempo uno subjacente. A representação originária tempo tem que ser dada como ilimitada. Como observa um comentador de Kant(13), o tempo é uma intuição pura, como o espaço, e, enquanto tal, é a condição de todo o estudo do vir-a-ser; a mecânica e a física repousam sobre essa intuição **a priori**, assim como a geometria repousa sobre a intuição **a priori** do espaço. Não se compreenderia, de outra forma, a existência de princípios sintéticos **a priori** em tais ciências. É assim que os conceitos de movimento e de mudança somente são possíveis na representação do tempo e através dela; contudo, se esta representação não fosse uma intuição **a priori**, nenhum conceito nos faria compreender a possibilidade da mudança. Com efeito, a mudança implica a ligação num mesmo objeto de predicados opostos, contradições (por exemplo: a existência de uma coisa num lugar e sua não-existência neste mesmo lugar); esta contradição aparente seria insolúvel se não percebêssemos os predicados sucessivamente, ou seja, no tempo.

A doutrina kantiana sobre o espaço e o tempo pode então ser assim resumida(14): O tempo é a condição formal **a priori** de todos os fenômenos em geral. Enquanto forma pura de toda intuição externa, como condição **a priori**, o espaço está limitado apenas a fenômenos externos. Frente a isto, visto que todas as representações tenham como objeto coisas externas ou não, em si mesmos, como determinações do espírito, pertencem ao estado interno, ao passo que este estado interno subsume-se à condição formal de intuição interna e portanto ao tempo, então o tempo é uma condição **a priori** de todo fenômeno em geral, e na verdade a condição imediata dos fenômenos internos (da nossa alma) e por isso mesmo também mediatamente a dos

fenômenos externos.

O espaço e o tempo, como quadros **"a priori"** de meu espírito, são os depositários de minha experiência. No entanto, essa experiência, fundamentada pelo espaço e pelo tempo, ainda à "uma poeira de fenômenos em desordem" se não lhe forem acrescentados alguns elementos: **as categorias do entendimento**. Uma ordem será introduzida pelo entendimento nestes fenômenos, através de certas relações necessárias **ou categorias**. No capítulo **Analítica Transcendental (KrV)**, Kant examina os diversos tipos de juízos e trabalha os diferentes tipos de categorias, caracterizando-se cada uma pelo modo de ligação que estabelece. Por exemplo (15): nosso espírito possui uma categoria de substância graças à qual ele procura alguma coisa de permanente sob aquilo que muda. Poder-se-ia assim explicar os princípios de conservação utilizados pela ciência (a conservação da massa na mecânica de Newton, a conservação da matéria em química). Poderíamos citar ainda a categoria de causalidade. Quando digo que o aquecimento provoca a ebulição do líquido aquecido, projeto sobre os fenômenos a categoria transcendental de causa. Vejamos como Kant responde, a respeito do tema, a Hume. Hume recusava-me o direito de dizer "a água vai ferver". Segundo ele, é por hábito que eu associo aquecimento a ebulição, e não tenha uma razão válida para estar certo de que as mesmas "causas" provocarão, no futuro, os mesmos "efeitos". Segundo Kant, ao contrário, tenho perfeitamente o direito de dizer "a água vai ferver". Certamente, eu não deduzo a ebulição do aquecimento por análise. A ebulição é uma coisa e o juízo "o aquecimento provoca ebulição" - é um juízo sintético. Só que esta síntese não é fruto unicamente da experiência e do hábito, não é uma "síntese **a posteriori**". É, ao contrário, uma "síntese **a priori**", porque o espírito possui, antes de toda experiência concreta, uma exigência de ligação dos fenômenos entre si, uma exigência de explicação através das causas e dos efeitos. A exigência de causalidade é um princípio **a priori** que faz parte da pró-

pria estrutura de nosso espírito. A categoria de causa é a condição mesma de um pensamento coerente, como o espaço e o tempo eram quadros **"a priori"** da percepção.

APÊNDICE

CATEGORIA - Kant define categoria como conceitos puros do entendimento exigidos para todo o uso relativamente a um objeto (**Gegenstand**). Sem tais conceitos, nenhum objeto pode ser pensado (Cf. **KpV. A, 245**)

CONCEITO - **Representação** geral (repraesentatio per notas communes) **ou** refletida repraesentatio discursiva) **conscientemente referida a um objeto** (Object). **O conhecimento por conceitos chama-se** pensar cognitio discursiva). O conceito é **ou empírico no puro (vel empiricus vel intellectualis)**. **Puro** é o conceito que não pode ser tirado da experiência e que, mesmo no seu **conteúdo**, surge, ao contrário do intelecto. O conceito **empírico** provém dos sentidos, pela comparação entre os objetos (**Gegenstande**) da experiência, e somente recebe do intelecto a forma da genericidade (Cf. **Logik. §1**)

CONHECIMENTO A PRIORI E A POSTERIORI

"... Há um tal conhecimento independente da experiência e mesmo de todas as impressões dos sentidos. Tais **conhecimento** denominam-se **a priori** e distinguem-se dos **empíricos**, que possuem suas fontes **a posteriori**, ou seja, na experiência." (Cf. **KrV. B,2**).

CRÍTICA - "Por uma crítica assim (**Crítica da Razão**) não entendo uma crítica de livros e de sistemas, mas da faculdade da razão em geral, com respeito a todos os conhecimentos a que pode aspirar, **independentemente de toda a experiência**; por isso, a solução do problema da possibilidade ou impossibilidade de uma metafísica em geral e a determinação tanto das suas fontes como da sua extensão e limi-

tes..." (Cf. KrV. A, XII).

ENTENDIMENTO - "É a faculdade de de **conhecimentos**. Estes consistem na referência determinada de representações dadas a um objeto". (Cf. KrV. B, 137).

ESTÉTICA TRANSCENDENTAL - "Denomina-se **estética transcendental** uma ciência de todos os princípios da sensibilidade **a priori**" (Cf. KrV. B, 35,36).

FENÔMENO - " O objeto indeterminado de uma intuição empírica denomina-se **fenômeno**" (Cf. KrV. B, 34)

FUNÇÃO - "Por função entendo a unidade da ação de ordenar diversas representações sob uma representação comum" (Cf. KrV. B, 93).

IMAGINAÇÃO - "É a faculdade de representar um objeto, mesmo **sem a presença** deste na intuição" (Cf. KrV. B, 151).

INTUIÇÃO - "A representação que pode ser dada antes de todo o pensamento denomina-se **intuição**" (Cf. KrV. B, 132). "Seja de que modo e com que meio um conhecimento possa referir-se a objetos, o modo como ele se refere imediatamente e aos mesmos e ao qual todo pensamento como meio tende, é a **intuição**." (Cf. KrV. B, 33).

INTUIÇÃO EMPÍRICA E INTUIÇÃO PURA

"Podemos conhecer aquelas (formas puras da percepção) unicamente **a priori**, isto é, antes de qualquer percepção real, e chamam-se por isso intuição pura; a sensação, pelo contrário, é aquilo que no nosso conhecimento, faz com que este se chame conhecimento **a posteriori**, ou seja, intuição empírica." (Cf. KrV. B, 60).

OBJETO - "É aquilo em cujo conceito é **reunido** o múltiplo de uma intuição dada" (Cf. KrV. B, 137).

PENSAMENTO - "É o conhecimen-

to mediante conceitos." (Cf. KrV. B, 94).

RAZÃO - "É a faculdade que fornece os **princípios** do conhecimento" (Cf. KrV. B, 24).

RAZÃO PURA - "Razão pura é aquela que contém os princípios para conhecer algo absolutamente **a priori**." (Cf. KrV. B, 24). "a razão pura constitui uma unidade completamente à parte e autônoma, na qual, como um corpo organizado, cada membro existe para todos os outros e todos para cada um, não podendo inserir-se com segurança qualquer princípio numa conexão sem ter sido ao mesmo tempo examinado o conjunto das suas conexões com todo uso puro da razão." (Cf. KrV. B. XXIII).

SENSAÇÃO - "O efeito de um objeto sobre a capacidade representativa, na medida em que por ele somos afetados, é a **sensação**." (Cf. KrV. B, 34).

SENSIBILIDADE - "A capacidade de receber representações (receptividade), graças à maneira como somos afetados pelos objetos, denomina-se **sensibilidade**." (Cf. KrV. B, 33).

TRANSCENDENTAL - "Chamo **transcendental** a todo o conhecimento que em geral se ocupa menos dos objetos, que de nosso modo de os conhecer, na medida em que este deve ser possível **a priori**." (Cf. KrV. B, 25).

VERDADE - "Concordância do conhecimento com o seu objeto." (Cf. KrV. B, 83).

BIBLIOGRAFIA:

(1) - Kant, I. **KRITIK DER REINEN VERNUNFT 9 VORREDE ZUR ERSTEN AUFLAGE**. In: KANTS WERKE. Akademie Textausgabe. Berlin, Walter de Gruyter e Co., BAND III, AX II.

(2) - Sobre os tipos de juízos analisados por Kant, veja: id. *ibid.*, *Einleitung* I a V e ainda: KANT, I. *Des Jugements*. In: *Logique*. Paris Vrin,

- (3) - —. *KrV. Einleitung* I, B, 1.
- (4) - —. *Kritik der praktischen Vernunft. (Vorrede)*. Hamburg, Felix Meiner Verlag, 1985, A, 28.
- (5) - Id. *ibid.*
- (6) - —. *Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik*. In: KANTS WERKE. Akademie Textausgabe. Berlin, Walter de Gruyter e Co., BAND IV, A, 13.
- (7) - —. *KrV Einleitung*. VI, B, 19.
- (8) - POPER, K.R. *Conjecturas e Refutações*. Brasília Editora da UNB, 1982, pg. 205 e segs.
- (9) - Kant, I. *KpV. (Vorrede)*. A, 28.
- (10) - —. *Prolegomena*. A, 207
- (11) - —. *KrV. B, 40, 41.*
- (12) - Id. *ibid.*, B, 44.
- (13) - Cf. PASCAL, G. *Pour Connaitre Kant*. Paris, Bordas, 1985.
- (14) - Kant, I. *KrV. B, 50, 51.*
- (15) - veja um bom resumo sobre substância e causalidade em: HUISMAN, D. e VERGEZ, A. *O Conhecimento*. RJ, Freitas Bastos, 1968, pg. 263 e segs.

RÉSUMÉ

Que puis-je savoir? Kant s'est efforcé d'y répondre, pour son compte, dans la Critique de la Raison Pure. avec une probité intellectuelle, une netteté et une rigueur qui sont la marque de son génie. Sa philosophie critique est également éloignée du rationalisme dogmatique et de l'empirisme sceptique. Il n'est pas dogmatique, puisqu'il refuse à la raison humaine le pouvoir de connaître un monde intelligible, fait de réalités transcendantes, c'est-à-dire le pouvoir

d'atteindre l'absolu. Mais il n'est pas non plus sceptique, puisqu'il considère que l'esprit humain est capable de parvenir à des vérités universelles et nécessaires. Si toute notre connaissance commence avec l'expérience, il n'en résulte pas qu'elle dérive toute de l'expérience. En effet les formes a priori de l'esprit interviennent dans toute connaissance et l'expérience n'est même possible que pas elles. Mis à part de la matière et de l'unification de l'entendement, espace et temps nous apparaîtront comme les formes a priori de la sensibilité qui sont les conditions nécessaires de toute intuition sensible. Cet article fait l'exposé de l'espace et du temps comme les formes à l'intérieur desquelles s'ordonne de divers fourni par la sensation. L'espace est la forme du "sens extérieur", propriété que notre esprit a de nous représenter des objets comme étant hors de nous, et le temps est la forme du "sens intime", propriété que l'esprit a de se percevoir lui-même intuitivement ou plus exactement de percevoir ses états intérieurs. C'est dire que tout objet hors de nous se situe dans l'espace et que toutes les déterminations de nous-mêmes se situent dans le temps.